



Análise

01/07/2010 - O Narcotráfico na região amazônica e as implicações para a segurança internacionalp.01

As ações do narcotráfico na região amazônica geram consequências negativas para a segurança internacional, além de interferir nos setores políticos e econômicos dos países afetados. Apesar de algumas ações realizadas para o combate do narcotráfico, ainda é visível a falta de efetividade das ações.

01/07/2010 - Brasil e Alemanha: Cooperação e Desenvolvimentop.04

Alemanha e Brasil vivem atualmente uma relação bilateral em vários setores, dentre eles recebe destaque a educação, esfera a qual chama atenção das políticas alemãs de desenvolvimento e permite a construção de uma relação científico-tecnológica entre países com grandes distinções entre si.

01/07/2010 - Leio, logo sou: Uma análise da problemática educacional no Brasil e na Alemanha p.08

Brasil e Alemanha, grandes países da América Latina e Europa, respectivamente, possuem realidades educacionais bastante distintas. O propósito da seguinte análise é produzir um panorama das discussões em relação à educação em dois diferentes países que refletem dilemas distintos: a do desenvolvimento e a do subdesenvolvimento.

01/07/2010 - Política externa alemã: continuidade, mudança e a “sombra do passado”p.11

Nos últimos anos a Alemanha tem tentado mostrar ao mundo que não tem o interesse de se valer da força para provocar mudanças no sistema internacional. Suas ações têm sido guiadas ora por um multilateralismo, ora por uma espécie de “atlanticismo”. Nestes termos, fala-se em um “*German way*” em se pensar a política internacional; a pergunta que se coloca é se esta doutrina representa uma realidade ou se o peso do passado ainda contribui para uma política externa mais moderada.

O Narcotráfico na região amazônica e as implicações para a segurança internacional

Análise
Segurança
Fernando Corrêa dos Santos
01 de Julho de 2010

As ações do narcotráfico na região amazônica geram consequências negativas para a segurança internacional além de interferir nos setores políticos e econômicos dos países afetados. Apesar de algumas ações realizadas para o combate do narcotráfico, ainda é visível a falta de efetividade das ações.

O narcotráfico é o principal problema da Amazônia colombiana, boliviana e peruana e ainda uma séria questão da Amazônia venezuelana, equatoriana e principalmente da Amazônia brasileira, principalmente na fronteira do Brasil com Peru e Bolívia por onde entra a cocaína no Brasil. O narcotráfico é considerado um crime transnacional, com implicações negativas para a política e a economia dos países que fazem parte da rota do narcotráfico. A existência do narcotráfico só se faz vigente em decorrência de um grande mercado de consumidores que estão presentes, principalmente, na Europa, nos Estados Unidos e nos próprios países latino-americanos.

A região da Amazônia andina desenvolveu-se historicamente tendo como principal fonte de alimento a folha de coca, que apresenta altas propriedades nutritivas. Entretanto, com a composição da pasta base, a folha é transformada em cocaína, que é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma droga e por diversos órgãos de saúde pública de países da América do Sul.

Desafiando o poder do Estado

Em virtude da promoção do comércio ilegal da coca, diversos grupos guerrilheiros se desenvolveram na Amazônia e se articularam com diversas máfias internacionais. Sendo assim, notase as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no Estado Colombiano e o grupo Sendero Luminoso no Peru, apontado como principal responsável por amedrontar a capital, Lima, e diversas outras áreas do país. Além dos grupos oficialmente conhecidos, outros diversos grupos, organizados ou não, se espalham em meio à floresta amazônica, causando medo aos indivíduos que vivem na região e, principalmente, enfrentando o poder do Estado.

Com a intensificação dessa atividade criminosa em toda a região amazônica, o crime transnacional do narcotráfico gera perdas políticas e econômicas aos países envolvidos. As articulações oriundas das ações do narcotráfico levam a crer que falta uma política legítima por parte dos governos nacionais que busque minimizar estas ações ilegais decorrentes e promova uma maior regulação e fiscalização das fronteiras desses países.

Implicações negativas na Política e Economia

No que concerne à política, o narcotráfico causa grande desgaste aos Estados envolvidos, pois estes tem que investir em recursos para fiscalizar a fronteira que é em grande parte constituída por cobertura vegetal e hídrica.

A plantação da coca é feita na Bolívia e parte do que foi plantado segue para a Colômbia para ser refinada. Depois de pronta, a droga se dirige então para o Brasil para ser enviada, posteriormente, para a Europa e Estados Unidos. Sendo assim, diante desta dinâmica internacionalmente interdependente da produção da droga, os Estados ainda não constituíram uma política internacional que agregue tarefas conjuntas para o combate a este crime. O que se pode ver são apenas operações pontuais, desenvolvidas por cada um dos Estados, que ainda não chegam ao cerne do problema.

No que se refere às questões econômicas, o narcotráfico ao final do milênio, segundo a ONU, chegou a movimentar cerca de 400 bilhões de dólares anuais. Esta cifra equivale a cerca do dobro da renda da indústria farmacêutica mundial, ou a dez vezes o total de toda a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD). A quantia referente, de origem ilícita, gerada por lavagem de dinheiro, promove ainda mais a rede criminosa e muitas vezes, serve para subornar políticos e fiscais (ARBEX, 1996).

Como iniciativa ao combate do narcotráfico, o governo dos Estados Unidos promoveu a chamada “guerra ao narcotráfico”. A iniciativa foi guiada com a realização de cúpulas internacionais e com a participação dos países envolvidos. O primeiro encontro para debater o problema do narcotráfico foi a Cúpula de Cartagena, realizada em 1990, durante o governo Bush e que não teve grandes

sucessos, pois previa ações militares estadunidenses em territórios amazônicos. Bolívia e Peru recusaram tais ações militares, por compreenderem que feriam a soberania dos mesmos. O segundo encontro foi a Cúpula de San Antonio, realizada em San Antonio no Texas, em 1992. Nesta Cúpula, foi acordado que o combate ao narcotráfico deve respeitar, em qualquer hipótese, a soberania dos países envolvidos.

Combate ao narcotráfico

Para os narcotraficantes, o Brasil é considerado uma rota de acesso entre a Amazônia andina e os mercados europeu e estadunidense. Neste sentido é necessário que haja uma intensificação na fiscalização das fronteiras amazônicas no Brasil de forma a efetivar os projetos SIVAM/SIPAM¹ implementados pelo governo federal. É preciso ainda que se articulem ações conjuntas das Polícias Civil e Militar dentro do território brasileiro e que se invista no Exército Brasileiro através de armas, munição, inteligência e treinamento em ações dessa natureza. Além dos esforços unilaterais do Brasil, é necessário promover acordos e tratados que construam políticas que articulem ações nacionais com os órgãos legítimos dos países envolvidos – como Bolívia e Peru.

Ao seguir a preocupação em se estabelecer restrições ao narcotráfico, a política externa brasileira se volta à sua região geográfica com o propósito de defender áreas brasileiras da floresta amazônica. A conduta brasileira segue, portanto, intensificando o papel do Exército Brasileiro, assim como de todas as Forças Armadas e, por isso, adquire maiores oportunidades de se colocar como um Estado pacificador da região da

¹ SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) e SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia).



América do Sul. Em adendo, o Brasil intensifica suas relações com os países do Pacto Andino, dando maior importância à sua região.

O Brasil, no entanto, tem limites na implementação desse sistema. Há uma falta de cooperação latente entre os países amazônicos, disparidades econômicas entre Brasil, Bolívia e Colômbia, distanciamento das idéias colombianas no combate ao narcotráfico, que se aproxima dos EUA e carência de estratégias conjuntas entre os órgãos competentes no combate ao narcotráfico.

Perspectivas Futuras

O candidato a presidência da República, José Serra, do PSDB, disse em entrevista que “o governo da Bolívia é cúmplice no tráfico de drogas para o Brasil”, no entanto, o candidato não apresentou nenhuma prova formal à declaração.

Afirmou ainda que a cocaína que entra no Brasil “vem de 80% a 90% da Bolívia, que é um governo ‘amigo’”, referindo-se criticamente ao atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT. No mais, o candidato apresentava uma proposta de criar um Ministério da Segurança Pública para combater este crime, caso fosse eleito. Contudo, é preciso bem mais que a criação de órgãos para combater este crime, que tem implicações internacionais e uma logística fortemente estruturada. Para o seu combate é necessário que todos os países envolvidos se compactuem em ações de cooperação.

Referências

ARBEX, José Junior. Narcotráfico: Um jogo de poder nas Américas. 6º edição. São Paulo, SP. Moderna. 1993.

PROCÓPIO FILHO; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico. In. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 40, nº 1, Brasília, 1997, p. 75-122.

MEIRELLES FILHO. O livro de ouro da Amazônia. 5º edição, Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

Ver Também

O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/po sts/2010/05/27/governo-evo-cumplice-do-narcotrafico-diz-serra-294999.asp>

Palavras Chave:

Narcotráfico, Segurança Internacional, Amazônia.



Brasil e Alemanha: Cooperação e Desenvolvimento

Análise
Desenvolvimento
Jéssica Silva Fernandes
01 de Julho de 2010

Alemanha e Brasil vivem atualmente uma relação bilateral em vários setores, dentre eles recebe destaque a educação, esfera a qual chama atenção das políticas alemãs de desenvolvimento e permite a construção de uma relação científico-tecnológica entre países com grandes distinções entre si.

De um lado um país em desenvolvimento da América do Sul, com atributos que o permitem caracterizá-lo como potência regional, porém com inúmeras disparidades no que tange à distribuição de renda e acesso à informação. Do outro, um país desenvolvido pertencente ao bloco europeu, tecnologicamente avançado com população detentora de alto grau de conhecimento, elevada renda per capita e com grandes projetos para a promoção do desenvolvimento¹.

A partir dessas peculiaridades, pretende-se evidenciar as razões pelas quais países modernos, mas com distinções entre si estabelecem relações bilaterais. Busca-se, portanto, explicitar a partir das Políticas de Cooperação existente entre Brasil e Alemanha, a possibilidade de ambos os países se beneficiarem.

Cabe destacar que a relação brasileira com a União Européia remonta à década de 60, período no qual laços diplomáticos foram criados entre a política brasileira e a então Comunidade Econômica Européia. Atualmente, muitos membros da atual União Européia desenvolvem relações

bilaterais com o Brasil.

Quando se analisa o número de projetos que estão sendo realizados, têm-se à frente dos demais países membros da União Européia a Alemanha, e em seqüência Comissão Européia, França e Itália, entre outros (Livro azul 2008-União Européia e Brasil).

As políticas alemãs e a Cooperação

A República Federal da Alemanha em sua organização política possui órgãos responsáveis por estabelecer a cooperação com países em desenvolvimento a fim de possibilitar o crescimento dos mesmos.

Na estrutura alemã dois órgãos são importantes no desempenho dessas políticas. O primeiro, o qual atua em nome do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, é o órgão de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (CD). Esse tem em sua pauta de funções o fomento de investimentos, programas de reformas macroeconômicas ou setoriais e financiamento de projetos em países subdesenvolvidos.

Ademais, o país europeu conta com uma empresa de consultoria e financiamento, a

¹ Ver também: Leio logo Sou: Uma análise da problemática educacional entre Brasil e Alemanha

qual atua em nome do governo alemão, a chamada DEG². Essa visa à promoção da iniciativa privada na América Latina, Ásia, África assim como na Europa Central e no Leste Europeu. Dentre as atividades desempenhadas pela DEG, tem-se o objetivo de ampliar empresas privadas, nos locais anteriormente citados, propõe-se o desenvolvimento de forma sustentável, ofertas de empregos, e empréstimos a longo prazo, com a finalidade de financiar projetos de investimentos.

Além desses dois grandes órgãos que visam prover a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Consulado Geral da Alemanha conta com “Micro-Projetos” os quais são destinados à população desfavorecida economicamente, visando desenvolver políticas que permitam àqueles uma maior integração social.

A conexão entre mundos diferentes

Tendo em vista as políticas desenvolvimentistas adotadas pela Alemanha, e o grande enfoque dado à criação de parceiras visando à promoção de incentivos e financiamentos, pode-se evidenciar atualmente a existência de uma forte parceria entre Brasil e Alemanha.

Nesta, identifica-se as relações científico-tecnológicas, além da grande relevância dada às políticas ambientais. De acordo com o Consulado Geral da República Federal da Alemanha (CGRFA), na América do Sul o Brasil é visto como o parceiro mais importante das políticas alemãs. E tal fato se deve a “ampla estrutura de pesquisas nas universidades e à tecnologia de ponta reconhecida mundialmente em diversas áreas do conhecimento”.

² Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbh

Pode-se dizer que as relações entre Brasil e Alemanha ocorrem nas esferas política, econômica cultural e social. Em âmbito político, os países discutem, dentre outras questões, direitos humanos e proteção ambiental; na esfera econômica, o Brasil conta com apoio alemão para desenvolver Pequenas e Médias Empresas (PME’s), visando o fomento à competitividade e produtividade da infraestrutura privada.

No setor cultural e social, pode-se mencionar o grande incentivo dado ao diálogo técnico e político internacional visando o aperfeiçoamento de profissionais, em diversos setores, e o considerável investimento financeiro destinado a possibilitar a concretização dessa parceria. De acordo com o CGRFA, até 1997 a Alemanha investia cerca de 20 a 25 milhões de Euros ao ano em pesquisa de desenvolvimento e educação.

Atualmente, no ano de 2010, tem-se o ano Brasil – Alemanha da Ciência, Tecnologia e Inovação³, o qual tem como proposta a intensificação da cooperação científico-tecnológica, enfatizando o fomento à inovação e ao desenvolvimento de forma sustentável.

Além do fator educacional, o qual atrai incentivos alemães, a recuperação brasileira, pós- recessão gerada pela crise de 2008, os Programas de Aceleração do Crescimento, PAC, e os eventos esportivos que serão sediados no Brasil dentro de poucos anos, permitiram aos alemães uma aproximação mais intensa nessa relação bilateral.

Diante desses fatores, nota-se que as alianças buscadas pela Alemanha não ocorrem de forma aleatória. Quando se analisa a recuperação da Crise de 2008, observa-se a capacidade que um país possui para contornar obstáculos

³ Países considerados importantes, do ponto de vista estratégico, são escolhidos para manter essa relação bilateral. Em 2009, realizou-se o ano China-Alemanha, em 2008, Israel- Alemanha.

Fonte: Ano Brasil-Alemanha da Ciência, Tecnologia



econômicos. No que concerne aos Programas de Aceleração do Crescimento, nota-se o incentivo governamental às políticas desenvolvimentistas no país, e a possibilidade de se estabelecer relações intergovernamentais.

No que tange aos Jogos Esportivos, Copa 2014 e Olimpíadas de 2016, evidencia-se um momento apropriado para investimentos e financiamentos externos no país. Esses eventos estão criando oportunidades para PME's alemãs desenvolverem projetos no Brasil, e possibilitarão a "importação" de tecnologias de segurança, transporte e infraestrutura dentre outros.

Interesses dos atores

A partir dessas políticas observa-se um novo posicionamento de atuação na política externa alemã. Qual seria o interesse desse país em investir e estabelecer elos com América do Sul, África, Ásia, Leste Europeu, Europa Central?

Poder-se-ia dizer que as políticas de cooperação teriam somente a finalidade de desenvolver essas regiões citadas, ou seja, estariam isentas de interesses alemães?

Como se percebe a partir da leitura da seção anterior, essas relações não são construídas visando somente o benefício de uma parte. O que poderia se pensar a princípio é que essa parceria Brasil-Alemanha poderia beneficiar somente brasileiros, pelo fato da Alemanha investir de forma maciça nessa relação bilateral.

Não obstante, é possível identificar ganhos em ambas as partes. Para a última, identifica-se a possibilidade de "interligar sociedades" e tentar criar por meio da política científica externa inovações e formas para o crescimento alemão, de forma a possibilitar a consolidação do país como pólo econômico. Ademais, a

Alemanha reconhece as partes com que essa negocia como iguais, ou seja, em função desse tratamento igualitário, em termos de potenciais econômicos, tenta estabelecer relações amistosas.

Para o Brasil, além de receber consideráveis investimentos financeiros alemães, vários setores são beneficiados. Entre os eixos de cooperação entre União Européia e Brasil tem-se a cooperação científica e tecnológica, a qual atualmente recebe destaque a Alemanha pela parceria criada pelo Ano Brasil-Alemanha da Ciência e Tecnologia.

Ademais, tem-se a luta contra a pobreza, aliada à importância dada às questões geográficas. A partir de tais questões, políticas específicas são criadas e destinadas ao Nordeste e à Amazônia, a fim de melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Percebe-se, diante disso, que os acordos de cooperação podem ser vistos como um processo de coordenação de políticas que visa ajustar os interesses e comportamentos dos atores às preferências dos mesmos⁴. Nota-se, portanto, a partir dessa relação bilateral Brasil-Alemanha, que ambos os países buscam ganhos.

Para a Alemanha, portanto, de acordo com o Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, a política de "interligar mundos do conhecimento" consiste numa forma de internacionalizar a ciência e pesquisa de forma a contribuir com a geração de um padrão de excelência, e dentre outros, permitir maior visibilidade no cenário internacional.

Referências

Sites:

⁴Martin ,LisaL - Interests, Power and multilateralism- International Organization vol 46, nº 4



Câmara de Comércio Brasil Alemanha-Alemanha da Ciência e Tecnologia

<http://www.brasilalemanhanews.com.br>

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha

<http://www.ahkbrasil.com/>

Consulado Geral da República Federal da Alemanha

<http://www.rio-de-janeiro.diplo.de/>

Artigo:

Martin, Lisa L.- Interests, Power, and multilateralism- International Organization, vol 46, nº 4, 1992, p 765-792

Livro Azul 2008- UNIÃO EUROPÉIA E BRASIL

Ver também:

[01/07/2010-Leio logo Sou: Uma análise da problemática educacional no Brasil e na Alemanha](#)

[01/07/2010-Política externa Alemã: continuidade, mudança e a “sombra do passado”](#)

Palavras Chaves: Alemanha, Brasil, Cooperação Tecnológica, Desenvolvimento



Leio, logo sou: Uma análise da problemática educacional no Brasil e na Alemanha

Análise
Desenvolvimento
Rúbia Rodrigues
01 de Julho de 2010

Brasil e Alemanha, grandes países da América Latina e Europa, respectivamente, possuem realidades educacionais bastante distintas. O propósito da seguinte análise é produzir um panorama das discussões em relação à educação em dois diferentes países que refletem dilemas distintos: a do desenvolvimento e a do subdesenvolvimento.

A educação se consagra para além de um direito humano¹ aos indivíduos da população mundial. É através da educação que se pode criar uma estrutura propícia para se romper com o ciclo da pobreza possibilitando, por meio dela, o acesso ao mercado de trabalho, aos meios midiáticos, ao próprio senso crítico individual e à criação de novas técnicas e ferramentas de trabalho.

Entretanto, o acesso à educação é diferenciado quando se toma a classificação dos indivíduos em vários aspectos: renda, etnia, religião, gênero. Essa distinção é ressaltada quando, em comparação, se referencia países com diferentes históricos e estruturas de organização.

No ano da Cooperação Técnica entre Brasil e Alemanha, objetos desta análise, torna-se necessário a comparação da educação entre esses dois países já que a educação é elementar para o desenvolvimento tecnológico. A cooperação, por sua vez, quando ocorrente em um campo assimétrico entre os países, como o da educação, pode ocasionar inovações à parte menos desenvolvida mas também benefícios à parte mais desenvolvida.

Como se verá, o Brasil pode ser representado pela vivência de um dilema que reflete a dos próprios países subdesenvolvidos em relação à educação: lidam com diversos obstáculos para prover à população o mínimo de educação básica. Em contraponto, a Alemanha pode ser representada pela realidade de um país tipicamente desenvolvido: enfrentando dilemas peculiares e um progresso educacional intrínseco à sociedade.

A Educação no Brasil

O Brasil, ainda que em status de emergência e consideravelmente rico comparado a diversos outros países subdesenvolvidos, é caracterizado por grandes índices de desigualdade. Ainda que residualmente, a desigualdade de renda reflete outras disparidades sociais presentes na realidade brasileira: como a sanitária e a educacional.

Esse é um dos problemas mais substantivos da realidade educacional nesse país: o acesso à escola, à educação básica. Refletidos os grandes índices de analfabetismo (entre eles o analfabetismo funcional²) e de abandono por parte das famílias e dos estudantes ao ensino, ainda deve-se levar em consideração o impasse

¹ Ao parâmetro da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1938, tem-se a educação como meio à promoção do respeito aos direitos, deveres e liberdades dos indivíduos.

² É considerado analfabeto funcional aquele indivíduo que codifica letras e números mas não possui a habilidade de interpretar textos e fazer cálculos matemáticos.

endêmico da população entre escola e trabalho. Desprovidos de uma renda familiar robusta e capaz de sustentar toda a família, os indivíduos ainda crianças acabam por procurar meios de alavancar a renda familiar, numa busca curto-prazista de maximização da renda, ao invés de investir no futuro educacional da criança e transformar conhecimento adquirido em poder³.

Numa perspectiva micro, as falhas na própria infra-estrutura dos municípios acabam por cooperar numa das fontes da problemática maior da educação, como a falta de meios para se chegar até a escola, ou a longitude das unidades de ensino à suas respectivas casas.

Desta forma, o mercado de trabalho acaba por limitar-se a absorver profissionais pouco qualificados e, consequentemente, com baixos salários - refletindo a abundância em mão-de-obra barata. E ainda, o Estado invariavelmente se mostra ineficaz em seu aspecto educacional quando essa variável depende de outros problemas, como sanitários, infra-estruturais e, no limite, econômicos. O exemplo disso é o intenso contingente populacional sem acesso à escola devido à ausência de rodovias que o levem à sala de aula, ou a baixa porcentagem dos gastos do governo brasileiro destinada à educação.

A Educação na Alemanha

A Alemanha, por sua vez, é consideravelmente importante por criar o sistema da universidade moderna, ainda que, hodiernamente, tenha perdido posição para outros países em números de formação profissional. Mesmo assim, longe de sofrer de forma substancializada com o provimento de educação básica, ou escassez infra-estrutural que leve a população à escola, os dilemas

enfrentados por esse país na educação vislumbram a demanda da sociedade pela mudança.

O modelo alemão de sistema educacional dual, isto é, o treinamento de habilidades individuais pelos conhecimentos gerais na escola e paralelamente o encaminhamento para uma formação profissional prévia à sua entrada na universidade e no mercado de trabalho é questionado pela própria população. As discussões acerca do futuro da educação no país levam à adequação desse modelo ao sistema societal que demonstra, cada vez mais, uma dificuldade em suprir os empregos necessitados pelos indivíduos em seu mais alto grau de especialização.

Ainda, a demanda por mudança reflete a conscientização ativa da população acerca dos problemas sociais que podem se aproximar, o que é uma característica rara em países em desenvolvimento. Nesses países pode-se levar em consideração que a população carece de educação em sua forma intensamente basilar⁴ o que acaba por não cooperar no incentivo de participação nas deliberações necessárias em um sistema democrático.

A realidade alemã é condizente com um modelo de educação superior em que os estudantes possuem a apreensão do conhecimento técnico ao mesmo tempo em que o conhecimento é levado à experiência prática nas empresas privadas parceiras de diversas universidades. A Ministra da Educação Annette Shavan argumenta que esse treinamento e formação dual "é a razão pela exportação de campeões alemães ao mundo". Entretanto, esse mesmo sistema está sendo cada vez mais pressionado pelo número de inscritos corresponderem a um número cada vez maior que as próprias vagas oferecidas.

³ Uma referência à célebre frase de Francis Bacon elucidando que: "conhecimento é poder".

⁴ Os termos da educação básica caracterizam-se pelos anos iniciais de ensino capazes de desenvolver as habilidades de leitura e cálculos matemáticos.

A regra clara questionada é o modelo alemão do professor posicionado à frente de uma classe de 30 alunos enquanto eles fazem anotações. Essa perspectiva reitera a conscientização da população acerca do sistema educacional e sua demanda pela reforma e dinamização educacional.

Considerações Finais

As questões vistas na Alemanha divergem da realidade brasileira na qual a educação é para poucos e não para todos. Além disso, em conjunção às mazelas educacionais brasileiras supracitadas há a carência de um espectro diversificado de professores tanto para a rede pública quanto para a privada.

Essa análise ultima-se pelo contraste entre Brasil e Alemanha na esfera da educação. Enquanto este último prima por uma reforma educacional já evoluída, aquele é permeado por uma população de cidadãos⁵ com dificuldade de acesso à escola.

Ainda assim, as relações técnicas entre esses dois países se fazem presentes e necessárias. A apresentação de novas formas de investimento para o Brasil pela Alemanha ajuda na criação de mão-de-obra qualificada, de centros técnicos especializados e, consequentemente, na mudança da conjuntura educacional brasileira.

A importância do progresso da educação nos países em desenvolvimento no geral, e no Brasil, em particular corresponde não somente uma pendência acerca do índice de desenvolvimento humano (IDH) que interliga as variáveis de renda, saúde e educação, mas também, ao crescimento dos meios para se fazer a democracia e ao progresso no provimento dos direitos humanos. A leitura, o entendimento e o conhecimento são importantes para

atender as necessidades impostas pela identificação do indivíduo, do cidadão.

Referência

GREEN, Duncan. Da Pobreza ao Poder: Como Cidadãos Ativos e Estados Efetivos podem Mudar o Mundo.

The Economist – March 13-19th 2010

Ver Também: 26-09-2005 - Alemanha em debate: o capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentes

Palavras-Chave: Alemanha, Brasil, Democracia, Educação, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



⁵ Termo utilizado aqui considerando qualquer pessoa que vive em um determinado lugar, mesmo ou não tendo direito formal de votar como é trazido por Green (2009).

Política externa alemã: continuidade, mudança e a “sombra do passado”

Análise
Desenvolvimento
Vinícius Tavares de Oliveira
01 de Julho de 2010

Nos últimos anos a Alemanha tem tentado mostrar ao mundo que não tem o interesse de se valer da força para provocar mudanças no sistema internacional. Suas ações têm sido guiadas ora por um multilateralismo, ora por uma espécie de “atlanticismo”. Nestes termos, fala-se em um “*German way*” em se pensar a política internacional; a pergunta que se coloca é se esta doutrina representa uma realidade ou se o peso do passado ainda contribui para uma política externa mais moderada.

Desde a reunificação do Estado alemão, no final da década de 1980, a política externa Alemã tem passado por algumas modificações no sentido de fazer com que o estado alemão conquiste, através do diálogo, um espaço que, de acordo com seus líderes, lhe é de direito.

Com o peso do passado, e a desconfiança dos países do sistema internacional, pode-se dizer que, neste curto espaço de tempo, a política externa da Alemanha passou por duas grandes fases, a saber: a primeira, no imediato pós reunificação, onde o estado Alemão adotou uma postura de alinhamento em relação a seus parceiros europeus (como França e Inglaterra) e os Estados Unidos; e uma segunda, quando esta mesma política passou a procurar uma maior inserção no cenário internacional.

Em princípio, esta postura de alinhamento se deveu ao fato de que as potências do sistema internacional mantinham sérias preocupações de que uma Alemanha formuladora de política externa independente poderia tender a aspirações hegemônicas mais uma vez.

Atuando em vários fóruns de diálogo, como a OTAN, ONU e União Europeia, o país tem se empenhado em mostrar ao mundo que não tem aspirações

hegemônicas, mas que, ao mesmo tempo, deve ser visto como um ator de relevância no sistema internacional.

A reunificação e as dúvidas sobre o futuro

Ao final da guerra fria, o governo alemão começou a se perguntar qual seria seu papel nos anos seguintes e de que maneira isso iria afetar sua política externa. Seria necessário buscar poder para fazer valer suas vontades ou uma abordagem mais diplomática seria mais sensata?

Se, antes, a Alemanha Ocidental conduzia sua política externa baseada no multilateralismo, a unificação deu mais força a essa política.

A constituição da cultura civil alemã, assim como sua identidade, tinha, em certa medida, sido influenciada pela visão de seu Primeiro Chanceler Konrad Adenauer (1949-1963) de que, para ser estável no plano doméstico e externo, a Alemanha deveria estar incorporada nas redes multilaterais européias e transatlânticas. Apenas esta incorporação institucional barraria os interesses hegemônicos alemães. No contexto transatlântico, a OTAN e a presença dos EUA na Europa garantiria a segurança da

Alemanha, que foi essencial para o crescimento da democracia internamente. (KRAP, 2005)

No contexto regional, a integração com a União Européia ofereceu oportunidades para que a Alemanha se desenvolvesse ainda mais. A unificação em 1980 renovou os comprometimentos alemães com a Europa. No âmbito internacional, a parceria com os Estados Unidos caminhava a passos largos e rumava para níveis de entendimentos jamais vistos. Assim, a Alemanha figurava como o “gigante elegante”; um poder no centro da Europa, mas com interesses e ações que buscavam a integração nas políticas, e uma abordagem multilateral para a resolução de problemas.

O país apoiou as diversas tentativas de alargamento da OTAN, bem como uma maior integração na União Europeia e buscou ampliar as formas de se atrelar a meios multilaterais de atuação internacional. Acima de tudo, uma Alemanha reunificada emergia como um parceiro importante para a Europa e os Estados Unidos. A unificação pareceu reforçar o projeto europeu e transatlântico de relacionamento.

A ação militar cada vez mais integrada confirmou esta proposição, como na operação conjunta na questão do Kosovo, em 1999. Ao final dos anos 1990 a Alemanha encontrou um equilíbrio entre a diplomacia e a força. Berlim ainda era o “gigante elegante”, mas agora entendia suas responsabilidades no sistema internacional.

Ainda assim, o medo de que a Alemanha voltasse a utilizar dos meios de força para sobrepor sua vontade ainda era real entre os Estados da União Européia e os Estados Unidos; estes, por sua vez, cobravam cada vez mais por indicações de que o país não cairia nas tentações das aspirações hegemônicas. Desta forma, o grande desafio alemão na década de 1990 não foi o de harmonizar seus abusos do passado com suas novas responsabilidades, mas

sim de harmonizar sua identidade militar com as ameaças à segurança do século XX e XXI. Este desenvolvimento era complexo: se, por um lado, as ameaças à segurança e a sobrevivência do Estado alemão existiam, por outro, o mesmo não tinha o privilégio de ter, sob seu comando, uma força militar significativa que pudesse se defender destas ameaças.

Assim, a tarefa de harmonizar e equilibrar estes dois paradigmas eram fundamentais e, ao mesmo tempo, urgentes.

A não cooperação no Iraque e a mudança de foco na política externa

Quando a Alemanha se negou a ajudar os Estados Unidos na questão do Iraque, em 2003, observa-se uma relativa mudança na política externa do país no sentido de que esta, provavelmente, não seria mais uma política de alinhamento automático. As afirmações do então Primeiro Ministro Schroder de que Berlim não apoiaria tal invasão, mesmo com o apoio da ONU, inaugurou esta nova fase. (KRAP, 2005)

Muito mais do que negar ajuda aos Estados Unidos, agora, a Alemanha se negava a agir com o suposto multilateralismo que lhe foi posto na década passada. Contudo, para que se possa entender de forma completa esta postura, deve-se avaliar duas questões em particular: as eleições alemãs e as posturas estadunidenses em relação a temas considerados importantes para a Alemanha.

Em primeiro lugar, deve-se lembrar de que, à época da invasão, a Alemanha se via em um momento eleitoral quando, internamente, os índices de aprovação de uma invasão ao país do Oriente Médio eram baixíssimos. Assim, pode-se enquadrar a política do primeiro ministro Schroder como pragmática no sentido de não apoiar a invasão visando a aprovação popular e, por consequência, a vitória nas eleições. Tal política foi de certa forma

bem sucedida e o líder alemão foi reeleito.

Em segundo lugar, no plano internacional, a recusa por parte dos EUA em aderir ao protocolo de Kyoto e ao Tribunal Penal Internacional serviram de argumento para a não cooperação. Contudo, os especialistas¹ acreditam que esta situação foi, de certa forma, peculiar e que após isto as relações entre os dois estados se daria de forma natural.

Muito embora a Alemanha ainda adotasse a referida política de alinhamento automático, já era possível observar certa independência no que tange à formulação de política externa e formação de alianças. Ainda em 2002, o discurso proferido por Schroder demonstrava isso: quando o primeiro ministro se refere ao “*German way*” ele já denota que a Alemanha passaria a considerar, em primeiro lugar, suas próprias necessidades, antes das necessidades dos outros estados.

A nova cara da política externa alemã e sua Primeira Ministra Angela Merkel.

Ao adotar políticas divergentes com a dos Estados Unidos, a Alemanha ganhava um pouco mais de autonomia na cena internacional no que tange ao papel de destaque deste sistema. Além disso, devido a esse distanciamento o então primeiro ministro Schroder iniciou uma aproximação com Moscou. Após isso, foram grandes os números de divergências, não só com os Estados Unidos mas também com a França.

Quando a liberal Angela Merkel assumiu o poder este panorama mudou. Agora a Alemanha viveria um aprofundamento da sua segunda fase na evolução da política externa. As negociações com Washington se restabeleceram ao passo que os diálogos com a Rússia diminuíram.²

¹ Dentre eles Regina Krap

² Dentre outras questões, isto se deveu ao fato de Angela Merkel, por ser uma liberal convicta, não

O que se deve notar aqui é que, embora os diálogos com a França e os EUA tenham voltado, a dependência alemã com relação a estes países não voltou, o que, em última instância, fez com que a Alemanha ganhasse ainda mais espaço na cena internacional. Usando um tom moderado, a primeira ministra flexibiliza suas posições, mas sem renunciar a seu objetivo: a Alemanha deve assumir mais responsabilidades que antes, como na questão ambiental, energética e de segurança. Aos olhos dos alemães, conquistou grande autoridade no plano internacional ao presidir com êxito o Conselho Europeu e o G7, em 2007. (MÉNUDIER, 2010)

Atenta a seus parceiros, Merkel não deixa de criticá-los quando acredita ser necessário, o que demonstra mais uma vez esta ideia de se adquirir independência na formulação de sua política externa.

Seu maior sucesso em termos de política externa pode ser considerado quando da dupla moderação do G8 e da União Europeia, no que tange às mudanças climáticas. Com uma boa capacidade de perceber a necessidade de sua população, Merkel comprehende que as questões relacionadas à mudança climática são de extrema importância na consideração da opinião pública alemã. Desta forma, a primeira ministra tem demonstrado seu mais alto interesse em lidar com este desafio. Assim, Berlim vem insistindo na busca de novas soluções para o combate dos gases causadores do efeito estufa, como as energias renováveis. Este apoio se dá não somente pelo problema em si, mas também pela grande habilidade de empresas alemãs de produzirem conhecimento e energia a partir de fontes alternativas.

Atualmente, com a crise financeira na Grécia, a Alemanha teve um papel central na tentativa de solucionar o problema.

concordar com algumas atitudes contra os direitos humanos que eram praticadas na Rússia de Vladimir Putin.

Grande parte das articulações políticas que envolveram esta resolução passou pelas mãos da Primeira Ministra.

A história como base para a atuação no futuro: as mudanças e continuidades na política externa alemã

Desde a queda do muro de Berlim, em 1989, o governo da Alemanha se encontrou em um novo momento: a sua dependência de agentes externos parecia ter terminado, mas a desconfiança dos países do sistema internacional era grande.

Diante disso, os líderes do país na década de 1990 trabalharam no sentido de cessar estas desconfianças trabalhando num sistema multilateral de negociações. Com o passar do tempo, e com parte da confiança sendo restabelecida, a Alemanha começou a agir de forma mais autônoma e não tendo medo de dizer “não” aos cursos de ações que julgasse potencialmente ruim para seus interesses.

A partir daí, à medida que ganhava a confiança dos Estados, maior era a liberdade de manobra que seus líderes tinham. Atualmente a Alemanha se depara com duas grandes questões: como continuar o processo de integração na União Europeia mesmo com as sérias crises econômicas que assolam os países do bloco, e como agir no sentido de fazer com que as relações internacionais sejam mais seguras, especialmente no caso do Oriente Médio.

“Em sua declaração governamental inaugural, em 20 de setembro de 1949, o chanceler Adenauer havia fixado três objetivos para a República Federal que, na época, ainda não dispunha de um Ministério das Relações Exteriores: a soberania nacional e a igualdade de direitos com as outras nações, a construção europeia e a reunificação. Graças a uma política que soube se adaptar às mudanças internas e à

evolução do contexto internacional, esses três objetivos foram alcançados em 3 de outubro de 1990.” (MÉNDUIER, 2010)

“Dirigindo-se pela primeira vez aos deputados, no dia 30 de novembro de 2005, a chanceler Angela Merkel constatou: ‘jamais a Alemanha foi tão livre como hoje’”. (MÉNDUIER, 2010)

Considerações finais

A política externa da Alemanha evoluiu muito desde a reunificação do Estado alemão. De país de alinhamento automático a formuladora de política externa independente, a Alemanha soube lidar com seu passado sombrio para vislumbrar um papel de destaque na cena internacional futura.

As recentes atuações centrais em questões como a crise econômica global, a guerra do Iraque e o processo de integração europeu, fizeram da Alemanha um ator relevante quando o assunto são as nuances da política internacional. Os vários acordos bilaterais entre o país germânico e os mais variados Estados do sistema internacional, nas mais diversas áreas de cooperação, demonstram não só a nova cara da política externa da Alemanha, mas também que este crescimento tem sido reconhecido internacionalmente.

Se a Alemanha está completamente livre das memórias de seu passado, ou se está livre para formular políticas que independam dos outros Estados ainda são questões que não podem ser completamente respondidas. Talvez não seja este o ponto central de uma avaliação da política externa alemã. O multilateralismo é inerente ao país, o que dificulta dizer que a Alemanha formula políticas independentes.

Fato é que, nos últimos anos, a política externa da Alemanha tem passado por várias e profundas mudanças; além disso,

é mais claro ainda que as estratégias dos líderes alemães tem sido extremamente bem sucedidas, dado o aumento da importância do país na cena internacional.

Referências

Sites:

BBC Brasil:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8694396.stm>

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6252595.stm>

HACKE, Christian. **Germany's foreign policy under Angela Merkel.** AICGS

KARP, Regina. **The new German foreign policy consensus.** MIT Press: The Washington Quarterly. 2005

MÉNDUIER, Henri. **A Alemanha no centro do tabuleiro internacional.** Brasil: Le Monde Diplomatique Brasil. 2010

Ver Também:

24/04/2006 Alemanha 2006: a formação da 'Grande Coalizão' e o possível curso das reformas econômicas.

24/07/2007 A União Européia sob a presidência alemã

25/09/2007 O Triângulo de Weimar

Palavras-chave: Alemanha, Política Externa, União Européia, OTAN, Estados Unidos, França

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Bruna Monteiro da Fonseca; Celso Augusto de Freitas Filho; Clarice Moreira de Morais; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Fernanda Nunes Costa Nacif; Fernando Corrêa dos Santos; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Pollyanna Reis Dias; Raíssa Pacheco Ayres Daher; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Victor Eduardo da Motta Nunes; Vinícius Tavares de Oliveira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: cii@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

